

ATA N° 83

1
2
3 Aos vinte e quatro dias do mês de junho de dois mil e vinte e quatro, às dezessete horas,
4 realizou-se uma reunião ordinária do Conselho Municipal de Habitação na Secretaria Municipal
5 de Desenvolvimento Social, com os seguintes presentes: Thaise Ribeiro Paes, Mariela
6 Estevão Antunes, Lilian F. M. Gonçalves, Melina Linhares F. Zaboti, Janaína Mendes Dandolini,
7 Arthur Filipe W. Britzke, Fernando Bueno, Jhasmar Marchini Felipe, Cleuton Farias Gomes,
8 Marlise de Souza Lopes Serafim, Rosimari Smaniotto, Secretária de Assistência Social Kelly
9 Botega e Arquiteto Flávio Luiz Alipio. O Presidente Cleuton iniciou a reunião cumprimentando a
10 todos e agradecendo a presença do arquiteto Flávio. Em seguida, fez um breve resumo de
11 como o CMH está atualmente, como: atualização da lei de criação do conselho, aprovação de
12 regimento interno e o fundo municipal de habitação. O plano de habitação está muito bem
13 elaborado, mas está desatualizado. Em seguida, passou a palavra para a secretária de
14 Assistência Social, Kelly Botega, que participou da reunião, onde explicou que em 2017,
15 quando assumiu a gerência da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social - SMSD,
16 precisou conhecer o conteúdo do plano. Ele tem um embasamento muito bom, foi muito bem
17 elaborado e estava baseado no diagnóstico do município para a época (2009). Ele tinha um
18 horizonte temporal, um prognóstico de dez anos. Na questão de diagnóstico, que está muito
19 bem detalhado no plano, o que preocupa é o fato que nenhuma das ações propostas pelo
20 plano foram executadas no município de Tubarão. Uma das propostas era que se criasse,
21 dentro da Assistência Social, um setor composto por uma equipe técnica (assistente social,
22 engenharia de projetos), mas não foi possível efetuar esse setor. Na época, o plano foi
23 elaborado porque o município aderiu ao programa do governo federal Minha Casa, Minha
24 Vida. Passando a palavra, o presidente Cleuton questionou ao arquiteto Flávio como foi a
25 experiência em participar da elaboração do plano e, se é necessário desenvolver um novo
26 plano ou pode ser atualizado em alguns pontos, fazendo as adequações importantes. O
27 arquiteto Flávio agradeceu o convite e está feliz em ver o conselho ativo. Continuando, em
28 2005 foi criada uma lei que criou o fundo municipal de habitação de interesse social e, essa lei
29 previa que estados e municípios tivessem seus conselhos, plano e fundo (CPF). Em
30 2008/2009 estava se pensando em política da habitação de uma maneira estruturada e de
31 impacto nas cidades. Em 2009, veio o PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) e
32 mudou um pouco a gestão do recurso federal. Nessa época, teve um financiamento federal
33 para elaboração do plano. Os municípios que fizeram seus planos de habitação, tiveram um
34 repasse de recurso federal. O plano de habitação tinha um horizonte de dez anos com seus
35 ciclos de monitoramento, revisão do PPA (plano plurianual) do município, onde a cada quatro
36 anos ele deveria estar sendo monitorado. Existia metas de investimentos. Para o município de
37 Tubarão foi previsto dois tipos de programas diferentes: o primeiro era o programa de
38 loteamento informal e o segundo os programas eram ações de infraestruturas mais pesadas,
39 dos assentamentos precários. Tinham, também, a ação da defesa civil, pois na época,
40 Tubarão tinha uma estrutura equipada e os programas de reestruturação de um departamento
41 de habitação na área junto à Secretaria de Desenvolvimento Social. Foi previsto que se
42 estruturasse dentro da Assistência Social um departamento. Hoje, tem um novo contexto do
43 ponto de vista dos recursos, pois a COHAB (conjunto habitacional) no estado foi extinta. No
44 governo federal, a estrutura está um pouco diferente. Para atualizar o plano, os ciclos de
45 monitoramento teriam que estar orçamentados, que em tese, deveria ser a cada quatro anos.
46 Em 2019, a previsão era uma atualização ou uma revisão, caso houvesse algo diferente. Os

47 conselheiros questionaram que, enquanto conselho, seria o momento para fazer algum
48 encaminhamento concreto com o plano de habitação, sabendo que estamos em um momento
49 eleitoral, que irá ocorrer este ano e, na transição dos governantes. Continuando, questionaram
50 também se é possível uma atualização, partindo do plano de habitação, o que pode ser
51 atualizado e quanto custaria para atualizar. A partir dessas informações, buscaria recursos
52 através do executivo. O arquiteto Flávio comentou que em 2009 levou de dois anos e meio a
53 três anos para elaborar o plano de habitação e, na finalização do mesmo foi feito quatro
54 seminários. Dificilmente será feito entre um ano e um ano e meio para atualizá-lo, porque a
55 legislação mudou. Terá que ser feito uma nova radiografia da estrutura administrativa,
56 contanto ainda, com o período de mudanças e transição do governo municipal. Na época em
57 que o plano foi elaborado (2009), o governo federal disponibilizou para o município de Tubarão
58 R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais). Hoje, o plano de habitação custaria em torno de R\$
59 200.000,00 (duzentos mil reais) a R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais). É uma
60 estimativa. No caso de uma atualização, tem que ter um termo de referência bem elaborado,
61 bem descrito. O conselheiro Jhasmar comentou que o Grupo Pizolato, de Minas Gerais, faz
62 construções de casas e, em 2016 veio à Tubarão para uma conversa com o prefeito. O
63 conselheiro Arthur acha interessante ter uma reunião com o Grupo Pizolato novamente,
64 através de vídeoconferência, para que os conselheiros fiquem cientes do que foi apresentado
65 em reunião no ano de 2016. A conselheira Lilian comentou que participou de uma reunião no
66 dia 30/01/2024, onde ficou claro que o município de Tubarão precisa estar regular, ou seja, o
67 plano tem que estar atualizado para aderir a algum programa do governo. Continuando, ela
68 relatou que o arquiteto Flávio explicou muito bem o plano de habitação, com diagnóstico e
69 muitas informações envolvendo outras secretarias, questionando o que precisa para estar
70 regular. Os conselheiros sugeriram elaborar um plano mais reduzido ou atualizar algumas
71 informações para que esteja em condições de receber os programas, pois ele precisa ser
72 atualizado, avaliado e aprovado para ficar regular. Seguindo, questionaram se o arquiteto
73 Flávio tem alguém para indicar para a atualização do plano, pois ele não está mais
74 trabalhando nessa área. O arquiteto Flávio indicou profissionais que trabalham em empresas e
75 na universidade para a execução do plano. A UFSC (Universidade Federal de Santa Catarina)
76 tem professores do curso de Arquitetura, onde estão eventualmente trabalhando para
77 desenvolver esse tipo de trabalho. Tem alguns recursos para intervenções, como o PAC.
78 Pensando em unidades novas, procurar o patrimônio da união. O presidente Cleuton
79 agradeceu a disponibilidade do arquiteto Flávio em ter participado da reunião e esclarecido
80 muitas dúvidas sobre o plano municipal de habitação. O arquiteto Flávio agradeceu, ficando à
81 disposição do CMH para que possa colaborar, de alguma forma, na atualização do plano. O
82 presidente Cleuton passou a palavra para a secretária executiva Marília, que fez a leitura da
83 pauta: **Correspondências Expedidas:** Ofício nº 02/2024 para o Sr. Gean Carlo de Bom da
84 Silva, presidente da ACIT, solicitando a indicação de dois representantes da ACIT, sendo um
85 titular e um suplente em substituição ao Sr. Diego Fernandes Rodrigues e Guilherme Pereira
86 Gonçalves; Ofício nº 03/2024 para OAB, solicitando a indicação de dois representantes da
87 OAB, sendo um titular e um suplente em substituição a Sra. Bruna Rosa Correa e Liliane
88 Sastre Nunes; Memorando nº 12.899/2024 para a Procuradoria Jurídica, solicitando a
89 indicação de um representante titular em substituição a Sra. Emanuela Nazário Bristot Larroyd;
90 Memorando nº 14.377/2024 para a Secretaria de infraestrutura, solicitando a indicação de dois
91 representantes, sendo um titular e um suplente em substituição a Sra. Melina Linhares e o Sr.
92 Fábio Fernandes; **Correspondências Recebidas:** Ofício nº 74/2024 a Secretaria de

93 Urbanismo convida para participar da reunião sobre o Estudo Técnico Socioambiental no dia
94 18 de junho de 2024, às 14h e 30min; AACIT indica o Sr. Fernando Bueno como titular e o Sr.
95 Antônio Carlos Silvério como suplente; **Outros assuntos:** Aprovação das atas nº 81 e nº 82;
96 Decreto nº 7.692/2024 nomeia os membros do CMH; Alterar o Regimento Interno; Plano
97 Municipal de Habitação – Arquiteto Flávio Luiz Alipio; Assuntos Gerais. O presidente Cleuton
98 mencionou que o decreto já saiu sugerindo alteração no Regimento Interno, conforme a lei. Os
99 conselheiros aprovaram. Referente ao memorando nº 14.377/2024, a titular Melina Linhares irá
100 permanecer no conselho. Com relação a reunião sobre o Estudo Técnico Socioambiental
101 (ETSA), o conselheiro Jhasmar participou, representando o conselho. Ele solicitou que seja
102 assunto de pauta para a próxima reunião, pois ficou muito preocupado porque o CMH não tem
103 direito a voto, sendo apenas convidado a participar das reuniões. O Presidente Cleuton
104 colocou em votação as atas nº 81 e nº 82, na qual foram aprovadas pelos conselheiros. Sem
105 mais nada a tratar, deu-se por encerrada a reunião.